

Maj Inf Edgard Fernandes Bonfim Filho

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO
NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL**

**Salvador
2020**

Maj Inf Edgard Fernandes Bonfim Filho

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO
NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Formação
Complementar do Exército / Centro
Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG
como requisito parcial para a obtenção do
Grau Especialização de Gestão em
Administração Pública.

Orientadora: Prof. Ma. Ana Paulo Lemos

**Salvador
2020**

Maj Inf EDGARD FERNANDES BONFIM FILHO

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO
NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Formação
Complementar do Exército / Centro
Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG
como requisito parcial para a obtenção do
Grau Especialização de Gestão em
Administração Pública.

Aprovado em

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Prof. Dr. Rodrigo Franklin Frogeli- Presidente
UNIS

Prof. Ma. Lívia da Silva Ciacci – Membro 1
UNIS

Prof. Me. Antônio de Biaso Júnior – Membro 2
UNIS

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: Desafios da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no Sistema Colégio Militar do Brasil

LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON TRANSTORNO DEL ESPECTRO DEL AUTISMO EN EL SISTEMA COLEGIO MILITAR DEL BRASIL: Desafíos de la inclusión de alumnos con Transtorno del Espectro del Autismo en el Sistema Colegio Militar del Brasil

Edgard Fernandes Bonfim Filho¹
Ana Paula Lemes de Souza²

RESUMO

Este trabalho aborda a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no Sistema Colégio Militar do Brasil. Tal abordagem se faz necessária pela recente implementação da educação especial e inclusiva nos Colégios Militares desse sistema. O objetivo geral deste trabalho é evidenciar os desafios enfrentados pelos Colégios Militares com implementação das Diretrizes Pedagógicas para Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil, verificando a quantidade de alunos com TEA nos Colégios Militares, se os estabelecimentos de ensino estão cumprindo os objetivos estabelecidos pelas diretrizes e se há a disponibilidade de profissionais para acompanhamento dos alunos com TEA que necessitam de mediação escolar, para acompanhamento constante dentro e fora da sala de aula (casos de TEA mais graves) e para apoio à socialização no ambiente escolar. Este intento será conseguido mediante revisão bibliográfica e pesquisa, abordando conceitos sobre o Transtorno do Espectro do Autismo, conceitos de assuntos correlacionados aos objetivos estabelecidos pelas Diretrizes Pedagógicas para Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil e conceitos sobre a importância dos mediadores escolares para o processo de inclusão. O estudo evidenciou os desafios enfrentados pelos Colégios Militares para a inclusão de alunos autistas, com a implementação da educação especial e inclusiva diante dos objetivos estabelecidos pelas diretrizes, demonstrando que os colégios estão realizando mudanças em suas estruturas para a inclusão de alunos com TEA, indo de acordo com a legislação brasileira que trata sobre o assunto, com ressalvas para a mediação escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Colégio Militar.

RESUMEN

Este documento aborda la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en el Sistema Colegio Militar del Brasil. Tal enfoque es requerido por la implementa-

1 Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. E-mail: edgard.fernandes@eb.mil.br

2 Mestra em Direito (FDSM). Pós-graduada em Filosofia do Direito (FUNPAC). Pós-graduada em Direito Público (UCAM). Bacharela em Direito (FADIVA). Professora do Centro Universitário do Sul de Minas (Unis). E-mail: ana.souza@professor.unis.edu.br.

ción reciente de educación especial y inclusiva en los Colegios Militares de ese sistema. El objetivo de este documento es resaltar los desafíos enfrentados por los Colegios Militares por la implementación de las Directrices Pedagógicas para la Educación Especial en el Sistema Colegio Militar del Brasil, comprobando el número de estudiantes con TEA en los Colegios Militares, si los establecimientos educativos están cumpliendo los objetivos establecidos por las directrices si existe la disponibilidad de profesionales para acompañar a los estudiantes con TEA que necesitan mediación para un monitoreo constante dentro y fuera de la clase (de TEA más graves) y para apoyar la socialización en la escuela. Esta intención se logrará a través de la revisión e investigación de la literatura, abordando conceptos sobre el Trastorno del Espectro Autista, conceptos de problemas correlacionados con los objetivos establecidos por las directrices pedagógicas para la educación especial en el Sistema Colegio Militar del Brasil y conceptos sobre la importancia de los mediadores para el proceso de inclusión. El estudio destacó los desafíos que enfrentan los Colegios Militares para la inclusión de estudiantes autistas, con la implementación de educación especial e inclusiva en vista de los objetivos establecidos por las directrices, lo que demuestra que los colegios están haciendo cambios en sus estructuras para la inclusión de estudiantes con TEA de conformidad con la ley brasileña que trata el asunto, con advertencias para la mediación.

Palabras clave: Inclusión. Autismo. Colegio Militar.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre os desafios da inclusão escolar de alunos com Transtorno de Espectro do Autismo (TEA) no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) tendo como base as Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil (DPEESCMB), documento emitido pelo Departamento de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), órgão cujo SCMB está diretamente subordinado.

Tal abordagem se faz necessária pela recente implementação da educação especial e inclusiva no SCMB, que está consolidando a reformulação pedagógica em face à nova abordagem de ensino adotada pelo Sistema de Ensino do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), órgão responsável pelas atividades de ensino da Força Terrestre e ao qual o DEPA está subordinado.

É importante ressaltar a contribuição do trabalho para os militares que possuem dependentes com TEA em idade escolar. A dificuldade para encontrar instituições de ensino regular que façam a inclusão de maneira adequada é enorme e o preço cobrado por escolas que têm uma educação especial e inclusiva satisfatória, geralmente, não se enquadra no orçamento financeiro da maioria das famílias dos integrantes das Forças Armadas.

O objetivo geral deste estudo é evidenciar os desafios enfrentados pelos Colégios Militares (CM) com implementação das DPEESCMB, verificando os objetivos a serem atingidos por essas diretrizes para que atendam às necessidades dos alunos com TEA, os quais se destacam:

- Criação e implantação da Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE);
- Realização de entrevistas diagnósticas com os responsáveis dos alunos especiais;
- Confecção do Planejamento Educacional Individualizado (PEI);
- Criação das salas de recursos multifuncionais contendo o material previsto nas DPEESCMB;
- Adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, considerando as necessidades específicas dos alunos especiais e adaptação das avaliações parciais e de estudo tanto no nível de elaboração quanto no de aplicação;

- Realizar a interface com instituições externas ao CM para apoio aos alunos especiais, ou seja, realizar contato com especialistas de instituições que prestam o atendimento extraclasse dos alunos para troca de informações relevantes à aprendizagem; e

- Orientar e acompanhar as ações dos professores da sala de aula comum nas atividades dos alunos especiais e orientação aos professores e familiares sobre recursos pedagógicos de acessibilidade utilizados pelos alunos.

Além dos objetivos das DPEESCMB citados acima, será abordada a importância da disponibilidade de profissional responsável pela mediação nas atividades pedagógicas, para acompanhamento extraclasse e para apoio à socialização dos alunos com TEA.

Este intento será conseguido mediante revisão bibliográfica e pesquisa empírica com aplicação de questionário junto aos Colégios Militares, onde serão apresentados os objetivos a serem atingidos pelo Sistema Colégio Militar do Brasil para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), mais especificamente para alunos com Transtorno do Espectro do Autismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo abordará a inclusão de alunos com TEA no SCMB. Inicialmente será explicado o que é o Transtorno do Espectro do Autismo e sua classificação de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Doença. Em seguida, serão destacados os objetivos relevantes das DPEESCMB para a inclusão de alunos com TEA, expondo os desafios da implementação dessas diretrizes no Sistema Colégio Militar do Brasil, além da importância da mediação escolar, para acompanhamento constante dentro e fora da sala de aula (casos de TEA mais graves) e para apoio à socialização no ambiente escolar. Para isso, a revisão bibliográfica abordará ideias e práticas de diversos autores e as leis que amparam o ensino especial e inclusivo para indivíduos com TEA no Brasil.

Os 13 (treze) CM que compõem o SCMB são: Colégio Militar de Manaus (CMM), Colégio Militar de Belém (CMBel), Colégio Militar de Fortaleza (CMF), Colégio Militar de Recife (CMR), Colégio Militar de Salvador (CMS), Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH), Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF), Colégio Militar de Brasília (CMB), Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), Colégio Militar de Campo Grande (CMCG), Colégio Militar de Curitiba (CMC), Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e Colégio Militar de Santa Maria (CMSM). Dos 13 (treze) CM do SCMB, 6 (seis) atenderam à solicitação de pesquisa e responderam o questionário proposto em tempo hábil para a conclusão deste artigo.

Para implementar a educação especial no SCMB, o Departamento de Ensino Preparatório e Assistencial estabeleceu objetivos que, ao serem atingidos, implicarão em mudanças estruturais e organizacionais nos Colégios Militares. Antes de abordar os objetivos das DPEESCMB, é importante entender o que é o Transtorno do Espectro do Autismo. O próximo tópico explicará o que vem a ser TEA.

2.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

É importante começar explicando o que é o Transtorno do Espectro do Autismo. Segundo Augustyn (2018), TEA é uma desordem de base biológica do desenvolvimento neurológico caracterizada por déficits persistentes na comunicação e interação social associados a restrições e repetições de padrões de comportamento, interesse e atividades.

De acordo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Doença, CID-11 (ICD-11, sigla em inglês para *International Statistical*

Classification of Diseases and Related Health Problems), o TEA é classificado conforme quadro seguir:

Quadro 01 - 6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

6A02.0 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional.
6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional.
6A02.2 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada.
6A02.3 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada.
6A02.4 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
6A02.5 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional.
6A02.Y – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado.
6A02.Z – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

Fonte: *World Health Organization*.

O número de diagnósticos de indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo aumentou ao longo dos anos. Segundo dados do CDC (*Center of Diseases Control and Prevention*), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, existe hoje um caso de autismo a cada 110 pessoas. Dessa forma, estima-se que o Brasil, com seus 200 milhões de habitantes, possua cerca de 2 milhões de autistas (OLIVEIRA, 2018, p. 1).

Diante de estimativa tão alta para o número de casos de autismo no país, a inclusão escolar de crianças e adolescentes com TEA faz-se importante e o SCMB inicia sua participação na educação especial e inclusiva para crianças com necessidades educativas especiais.

A inclusão escolar do autista é para escola um desafio ainda maior, uma vez que a manifestação dos comportamentos estereotipados tem maior proporção no âmbito social, representando uma dificuldade significativa para se estabelecer relações comunicativas e afetivas do sujeito e seus pares (MELO, 2016, p. 7).

Avaliar para agir e para cumprir as ações pedagógicas de ensino e aprendizagem requer capacitação e entendimento. Entendimento para perceber pistas de como o autista aprende, ele nos demonstrará como poderemos ensiná-lo, acabando como rótulos infelizes como os de deficiente e incapaz (ROMERO, 2016, p. 35).

A seguir, serão abordadas as Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil

2.2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL

As Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil é um documento interno do Exército Brasileiro (EB) que dá amparo à implantação da educação especial e da educação inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil.

A inserção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no SCMB, vem ao encontro das determinações previstas, dentre outros documentos, na Constituição Federal (CF) (artigos 208 e 227) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, mais especificamente nos artigos 4º e 58º (DEPA, 2015, p. 3).

Segundo Brasil (1996)

Art. 4º (...) III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p. 1).

DEPA (2015) destaca que os CM, guardiões dos sonhos de Duque de Caxias, não poderiam se olvidar de, em prestando ensino preparatório e especial aos dependentes dos militares, buscar a inserção dos alunos público alvo da educação especial em sua prática pedagógica. Afirma, também, que a inserção da educação especial será de forma gradativa e que não é possível alcançar um patamar ideal em um curto espaço de tempo. Neste propósito, a implantação da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais no SCMB obedecerá ao cronograma constante no quadro a seguir:

Quadro 02 – Cronograma de implantação da educação especial no SCMB

CMB e CMBH	2016
CMRJ e CMPA	2017
CMF e CMR	2018
CMJF e CMCG	2019
CMS e CSM	2020
CMC e CMM	2021

Fonte: DEPA (2014, p. 3).

As DPEESCMB classificam os alunos com TEA como aqueles que apresentam quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação e/ou estereotípias motoras. Trata-se de alunos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Esse conceito simplifica o entendimento do Transtorno do Espectro do Autismo e facilita a adoção de ações para a inclusão de autistas no SCMB.

A seguir, os próximos tópicos abordarão os objetivos a serem atingidos pelas Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil para a inclusão de alunos com TEA

2.2.1 Seção de Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é aquele que desenvolve competências para identificar as necessidades educacionais especiais, define e implementa respostas educativas a essas necessidades, apoia o professor da classe comum e atua nos processos de aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação ou adequação curricular e práticas pedagógicas alternativas, dentre outras (CARNEIRO, apud ZANIOLO et al, 2012, p. 22).

Um dos objetivos das DPEESCMB é criar uma seção responsável pelo AEE. De acordo com DEPA (2015), os CM, na medida em que iniciam a inserção da Educação Especial em seu cotidiano, devem promover a montagem de uma Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) que atenda especificamente os alunos público alvo da educação especial. A SAEE deve ser uma seção com o mesmo status da Seção Psicopedagógica e desempenhar, de modo analógico, atividades similares previstas para aquela seção, com o diferencial de especificar e direcionar suas ações para os alunos com NEE.

AS DPEESCMB indicam que a SAEE deverá ter em sua composição os seguintes profissionais: psicólogo, psicopedagogo e pedagogo, além de professores de Matemática,

Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física, e todos deverão possuir Curso de Especialização de Educação Especial e Inclusiva.

As missões da SAEE previstas nas DPEESCMB e as atividades de responsabilidade dos seus integrantes atendem à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, conforme afirma Brasil (2008)

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (...). Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2008, p. 1).

2.2.2 Entrevista diagnóstica com responsáveis e com alunos especiais

De acordo com as DPEESCMB, realizar a entrevista diagnóstica com os responsáveis e com próprios alunos com NEE é uma das missões da SAEE. DEPA (2015) destaca que

A entrevista ocorrerá em duas etapas: a primeira com os responsáveis pelo candidato/aluno, onde será preenchida uma Ficha Biográfica Anamnese, onde constarão as informações julgadas importantes pela SAEE/Seção Psicopedagógica, uma cópia do Histórico Escolar do Aluno e as observações informadas pela equipe que acompanha o aluno fora da escola. A segunda entrevista ocorrerá com o candidato, acompanhado de um dos responsáveis, de um psicólogo, de um pedagogo e de um professor de Língua Portuguesa, esses três últimos do CM, para avaliação das capacidades de leitura e escrita. (DEPA, 2015, p. 7).

Segundo Oliveira (2015), é imprescindível que família e escola estabeleçam uma parceria para a promoção do desenvolvimento dos alunos, em especial dos alunos com TEA. No entanto, a escola precisa dispor de todos os recursos necessários para que a inclusão de fato ocorra.

O mais adequado para alunos com TEA, é que sejam realizadas as entrevistas com os alunos e seus responsáveis para se compreender as possibilidades e limites do aluno. A família é a principal fonte de dados. A entrevista diagnóstica é uma forma de parceria CM/responsáveis e através das informações obtidas nesse primeiro contato com o aluno e seus responsáveis é que será formada a base para o início das atividades pedagógicas.

2.2.3 Planejamento Educacional Especializado

De acordo com DEPA (2015), o Planejamento Educacional Especializado (PEI) trata-se de documento elaborado com base nos Planos de Execução Didática do ano escolar em questão e flexibilizados com as modificações necessárias para garantirem a aprendizagem dos alunos que são público-alvo da educação especial. O PEI delinear as modificações individuais, considerando as necessidades e capacidades de aprendizagem de cada aluno, a partir do que este já sabe e do que consegue aprender, ainda que seja o mínimo aprendido.

Souza (2017), afirma que

As crianças com autismo têm direito a um currículo individualizado, que atenda sua condição peculiar. Essa ferramenta, quando bem elaborada e utilizada pela escola, permite acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças, num contexto inclusivo, reconhecedor das diferenças e ainda proporcionando desenvolvimento. (...) não é um documento simplesmente para arquivo pedagógico. Ele caminha junto com os livros didáticos, planejamento de aulas e reflexões do professor. Está presente em reuniões pedagógicas, conselhos de classe. É o parâmetro apropriado

do para avaliar a criança autista, dentro do que foi proposto exclusivamente para ela e dentro do que ela alcançou no período (SOUZA, 2017, p. 1).

As crianças com necessidades educacionais especiais, ou seja, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades ou superdotação, passam a ter a garantia de uma pedagogia diferenciada, capaz de identificar e satisfazer as suas especificidades, proporcionando-lhes condições de desenvolvimento e aprendizagem, conseqüentemente, a escola passa a redimensionar a sua forma de organização e o seu funcionamento, para poder atender plenamente a todos os alunos (POKER et al., 2013, p. 15).

Poker et al. (2013) ainda afirma que o preenchimento do PDI não pode nem deve ser generalizado, considerando apenas o tipo de deficiência apresentado pelo sujeito, o professor precisa entender e analisar quais são as especificidades e heterogeneidades de cada aluno conhecendo-o além da deficiência que apresenta, ou seja, analisando sua história de vida, sua família, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas habilidades, suas competências, suas dificuldades.

2.2.4 Salas de recursos multifuncionais

Segundo DEPA (2015), as salas de recursos multifuncionais (SRM) deverão ser um apêndice à SAEE, e como suportes didático-metodológicos devem se cercar de um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

Ainda, segundo DEPA (2015)

(...) as salas especiais ou salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado cujas finalidades são: prover e promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; garantir a transversalidade das ações de educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem e assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino (DEPA, 2015, p. 12).

Poker et al. (2013) afirma que o Atendimento Educacional Especializado, na perspectiva da Educação Inclusiva, assume um caráter exclusivamente de suporte e apoio à educação regular, por meio do atendimento à escola, ao professor da classe regular e ao aluno. Tem como objetivo oferecer aos alunos que frequentam a SRM ensino de conteúdos específicos, estratégias e utilização de recursos pedagógicos e de tecnologia diferenciados, não existentes na classe regular, que são fundamentais para garantir a sua aprendizagem e acesso ao currículo comum.

Ainda segundo Poker et al. (2013)

(...) as habilidades desenvolvidas pelo aluno com deficiência nas salas multifuncionais são imprescindíveis para garantir o acesso ao currículo da classe regular. Favorecem a eliminação ou conseguem minimizar as barreiras de comunicação, compreensão, locomoção, entre outras que dificultam ou impedem a apropriação, pelo sujeito, dos conteúdos desenvolvidos pela escola. (...) o atendimento educacional especializado que ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais, em horário contrário ao da classe regular, tem por objetivo proporcionar às crianças um trabalho complementar específico, para que possam superar e/ou compensar as limitações causadas pelos seus comprometimentos sensoriais, físicos, intelectuais ou comportamentais, desenvolvendo e explorando ao máximo suas competências e habilidades (POKER et al., 2013, p. 19).

2.2.5 Adequação e adaptação de recursos pedagógicos

São missões da SAEE, segundo as DPEESCMB, adequar e produzir materiais didáticos e pedagógicos, considerando as necessidades específicas dos alunos especiais e adaptar as avaliações parciais e de estudo tanto no nível de elaboração quanto no de aplicação. São considerados como recursos pedagógicos as avaliações e o material didático necessários para a educação inclusiva e especial dos alunos com NEE.

Sobre adequação e adaptação de recursos pedagógicos, DEPA (2015) afirma que

(...) na educação especial, tem caráter atemporal, isso quer dizer que demanda tempo diferenciado e deve ser adequada as necessidades específicas dos alunos. (...) a avaliação formativa e dialógica é mais aconselhável, dependendo do caso, do que a formativa. (...) devem seguir os critérios de razoabilidade e viabilidade. Na educação especial, a avaliação do aluno deve recair sobre o que ele já sabe. É interessante que esta avaliação seja determinada em níveis de domínio das Competências e Habilidades (ainda não domina, domínio inicial, domínio elementar, domínio básico, domínio pleno). A SAEE determinará o tempo de prova, a modalidade do instrumento e sua periodicidade em face do desenvolvimento curricular do aluno e de sua adequação ao PEI. Os alunos público alvo da educação especial são avaliados mediante conceito: E - MB - B - R, não por notas (DEPA, 2015, p. 12).

O processo de avaliação é uma ação mediadora que pressupõe um planejamento prévio da ação de caráter formativo com objetivos a serem alcançados, destarte, a avaliação na prática, é a verificação do desempenho do discente diante do trabalho pedagógico, para se planejar o que se fará a seguir. Assim, seja então a avaliação de caráter diagnóstico, formativo ou avaliativo, deve ter um objetivo para ser alcançado tanto em relação ao aprendizado do aluno quanto à eficácia da prática do professor (COSTA, 2017, p. 63).

Ainda, de acordo com Costa (2017), tratando-se do aluno com TEA, a avaliação poderá levar o professor a compreender melhor sua aprendizagem, seu desenvolvimento, suas necessidades, os assuntos de seu interesse, as habilidades e outros aspectos relevantes para a sua inclusão, porém os alunos não devem ser avaliados a partir de comparações realizadas com o desenvolvimento do outro aluno, mas observando o seu próprio desenvolvimento.

2.2.6 Acompanhamento das atividades realizadas por especialistas no horário extraclasse

É missão da SAEE, segundo as DPEESCMB, realizar a interface com instituições externas ao CM para apoio aos alunos especiais, ou seja, realizar contato com especialistas de instituições que prestam o atendimento extraclasse dos alunos para troca de informações relevantes à aprendizagem. Esse acompanhamento pode ser realizado por meios de relatórios, de atividades que sejam realizadas em SRM de outra escola de ensino regular, no horário inverso da escolarização, ou, ainda, em Centros de Atendimento Educacional Especializado públicos ou privados.

Sobre esse acompanhamento das atividades extraclasse dos alunos com TEA, Costa (2017) destaca que a falta de diálogo ocasiona o retardamento das práticas que levam o aluno a desenvolver sua autonomia nas esferas sociais, no sentido de que, um profissional desconhece o que está sendo trabalhado pelo outro e não compreende quais as reais necessidades do aluno. Vale ressaltar que a troca de conhecimento entre os profissionais pode sanar várias dúvidas e gerar novos conhecimentos relacionados a inclusão dos alunos, além de beneficiar os alunos com ações articuladas que buscam promover a inclusão de todos no ambiente escolar.

A integração da equipe escolar, dos responsáveis pela criança e da equipe de saúde é de extrema importância, visto que todos precisam conhecer as características que o indivíduo possui, além de habilidade e defasagens dos mesmos. Dessa forma, juntos poderão traçar objetivos e planos que possibilitarão o progresso e o sucesso do ser especial. Além de haver a

necessidade de pais e mediadores desenvolverem os mesmos procedimentos indicados pelos terapeutas nos ambientes de casa e escola (FONSECA, 2014, p. 35).

2.2.7 Orientações a professores e familiares

São atribuições dos integrantes da SAEE: orientar e acompanhar, se e quando for o caso, as ações dos professores da sala de aula comum nas atividades dos alunos especiais, além de orientar professores e familiares sobre recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos.

Sobre orientação e acompanhamento dos professores Costa (2017) destaca que

É preciso intervir na atuação dos profissionais tanto da escola comum, como do AEE, para que esse planejamento se concretize de forma mais idônea, onde o professor e os demais educadores, que compõem a escola, sejam pesquisadores constantes de suas práticas, refletindo sobre o fazer e propondo alternativas de mudança. É imprescindível que se planeje compreendendo os objetivos estabelecidos e que a intervenção a ser realizada possa de fato levar aos objetivos pretendidos (COSTA, 2017, p. 74).

Em relação à participação da família no processo pedagógico, Maciel e Filho (apud Díaz, 2009) afirmam que uma criança com TEA que apresenta facilidade em se comunicar, por exemplo, é reflexo de uma efetiva participação na vida de sua família por meio dos estímulos dos seus familiares. Portanto, é de grande relevância, o envolvimento da família com as práticas desenvolvidas na escola.

A família do aluno especial é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno com apoio dos profissionais e da família, poderá adquirir competências ainda maiores, se tiver um envolvimento como a "parceria". É preciso que todos (família/sociedade/escola) tenham consciência de que alunos da Educação Especial: são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que outros alunos e não se pode confiná-los num mundo à parte (TANAKA, 2010, p. 53).

Portanto, segundo Oliveira (2015), é preciso que a escola se empenhe em promover essa participação ativa da família nas atividades escolares de seu filho, de modo a entender que se trata de uma ação conjunta, de um trabalho colaborativo, que não é somente de responsabilidade da instituição escolar, mas sim de toda a sociedade.

A seguir, será abordada a disponibilidade de profissional especializado para mediação escolar, acompanhamento em atividades dentro e fora da sala de aula e apoio à socialização.

2.3 MEDIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO EXTRACLASSE E APOIO À SOCIALIZAÇÃO

Não há nas DPEESCMB a previsão de disponibilizar profissionais para acompanhamento dos alunos com TEA que necessitam de mediação escolar, de acompanhamento constante dentro e fora da sala de aula (casos de TEA mais graves) e de apoio para a socialização no ambiente escolar. Os profissionais especializados para cumprir essas funções são denominados mediadores escolares.

Mousinho e seus colaboradores (2010) afirmam que o mediador escolar é

um profissional capacitado para auxiliar o sujeito na comunicação verbal e não-verbal, competências e habilidades, aspectos pedagógicos, ludicidade e na interação social com os seus pares. O mediador é o responsável pela interação entre o aluno e todas as pessoas do ambiente escolar, também é a pessoa que passa mais tempo com a criança na escola e que faz "a ponte" sobre os desenvolvimentos com os pais e os terapeutas. Cabe ao mediador acompanhar a criança em todos os ambientes da escola, desde a entrada do aluno em sala, as aulas, e a saída, priorizando sempre o seu desenvolvimento integral. Assim, em certas circunstâncias o mediador deve começar a se afastar para que a criança possa adquirir a autonomia, e nos momentos

precisos retornar a interceder com o objetivo do aluno adquirir uma aprendizagem significativa (MOUSINHO et al., 2010, p. 93).

O mediador é profissional de extrema importância, uma vez que o mesmo fará a união entre escola, família e educando. Tal profissional deverá auxiliar seu pupilo dentro da sala de aula, com as atividades pedagógicas, e durante o recreio ou outro momento de lazer, orientando sua socialização. A explicação sobre regras sociais, a interação com as outras crianças, a correção de comportamentos negativos são outras tarefas do mediador (TEIXEIRA, 2013, p. 79).

Romero (2016) ao tratar da mediação para alunos com TEA, traça um perfil adequado desse profissional, pois ele deve ser um especialista, um especialista em autismo e ensino e aprendizagem, de acordo com a Lei nº 12.764/12. Em muitos casos, a presença de um mediador em sala de aula definirá se haverá inclusão ou não. Devemos mencionar que a formação exigida do mediador depende da maior dificuldade da criança. De fato, da qualidade do mediador depende também a inclusão do aluno.

É também função do mediador o apoio à socialização do aluno com NEE com alunos típicos. A situação da educação escolar inclusiva não se limita ao aspecto didático-pedagógico. A inclusão escolar é também socioafetiva. O educando deve sentir-se acolhido e perceber que a diversidade não se constitui um obstáculo e sim um estímulo para a formação de consciência de todos os envolvidos no processo socioeducacional e afetivo (BRASIL, 2002, p. 1).

3 MATERIAL E MÉTODO

Conforme se salientou na introdução, este estudo pretende usar os dados obtidos na pesquisa de campo que buscou realizar um diagnóstico sobre a inclusão de alunos com TEA nos Colégios Militares que compõem o Sistema Colégio Militar do Brasil. Foi utilizado questionário (Apêndice A) como instrumento de coleta de dados, sendo remetido para os 13 (treze) estabelecimentos de ensino do SCMB, disponibilizando o link para resposta on-line. 6 (seis) CM responderam o questionário disponibilizado em tempo hábil para a conclusão deste artigo.

O questionário se constitui de uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, tendo como objetivo adquirir informações sobre o objeto em estudo. Pode ser aplicado pessoalmente ou enviado pelo correio ou um portador. As perguntas de múltipla escolha são as que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias partes do mesmo assunto. Permite uma exploração em profundidade e de fácil tabulação (SCANFONE, 2015, p. 65).

A pesquisa utilizou questionário elaborado com o propósito de verificar a quantidade de alunos com TEA nos colégios; verificar se os CM estão cumprindo objetivos estabelecidos pelas DPEESCMB; e, se há a disponibilidade de profissionais para acompanhamento dos alunos com TEA que necessitam de mediação escolar, para acompanhamento constante dentro e fora da sala de aula (casos de TEA mais graves) e para apoio à socialização no ambiente escolar. A análise dos resultados foi focada nas respostas apresentadas pelos CM que responderam o questionário em tempo hábil para a conclusão do artigo.

Scanfone (2015) destaca que a pesquisa bibliográfica, consiste na utilização de informações retiradas de pesquisas anteriores publicadas em livros, revistas, periódicos e artigos científicos, monografias, dissertações, teses, entre outros e serve para delimitar o que estudar sobre o fenômeno de interesse.

Na revisão bibliográfica, foram apresentados conceitos sobre o Transtorno do Espectro do Autismo; conceitos de assuntos correlacionados aos objetivos estabelecidos pelas DPEESCMB, além de conceitos sobre a função dos mediadores escolares. Foram utilizados

como fonte de consulta dados de órgãos internacionais que tratam sobre o TEA, as próprias DPEESCMB e fontes bibliográficas diversas, citadas nas referências deste artigo.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Com a finalidade de facilitar o entendimento e a discussão dos dados, a apresentação dos resultados da pesquisa será realizada junto à discussão e reflexão dos mesmos. Ressalta-se, mais uma vez, que somente 6 (seis) CM responderam o questionário disponibilizado para a pesquisa em tempo hábil para a conclusão deste artigo.

Quadro 03 - Quantidade de alunos com TEA por CM

Qual a quantidade de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo? (Se possível, especificar por ano)

6 respostas

1 (6ºAno), 1(8ºAno), 2(2ºAno)
01 (1º ano EM)
08 alunos, 02 no 7º ano, 01 no 8º ano, 02 no 9º ano, 01 no 1º ano, 02 no 3º ano.
1. 9o ANO.
4 (quatro) alunos
6º Ano - 1 7º Ano - 1 8º Ano - 0 9º Ano - 4 1º Ano - 2 2º Ano - 1 3º Ano - 2 Total 11

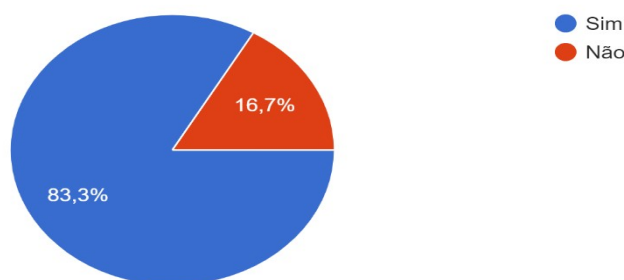
Fonte: O autor.

Os 6 (seis) Colégios Militares que participaram da pesquisa têm alunos com TEA matriculados que realizam as atividades escolares em salas de aulas regulares, nos ensinos fundamental e médio, com quantidade de 1 (um) para o CM que possui menos e 11 (onze) alunos para o CM que possui mais alunos com o transtorno.

Gráfico 01 - Seção de Atendimento Educacional Especializado

Há, no colégio, a Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE)?

6 respostas



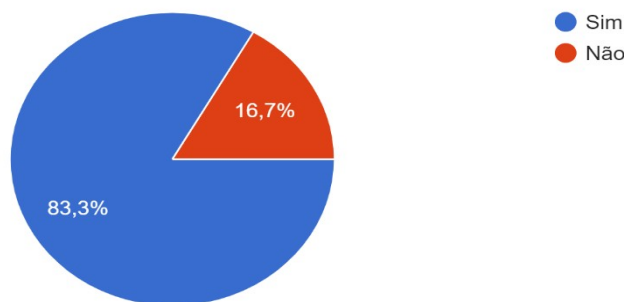
Fonte: O autor.

Apenas 1 (um) Colégio Militar não possui a Seção de Atendimento Educacional Especializado. A SAEÉ é de fundamental importância para a implementação da educação especial e inclusiva nos CM, porém cabe ressaltar que, de acordo com as DPEESCMB, inicialmente, a SAEÉ pode ser uma subseção da Seção Psicopedagógica até que os CM tenham condições de estruturá-la.

Gráfico 02 - Entrevistas Diagnósticas

São realizadas as entrevistas diagnósticas com os responsáveis dos alunos com TEA?

6 respostas



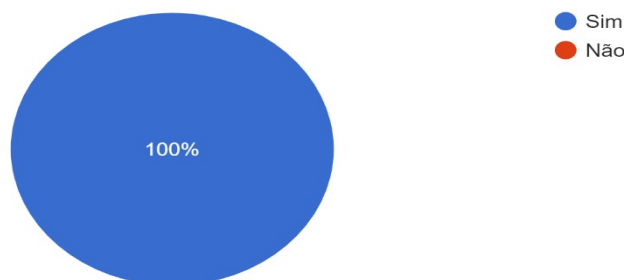
Fonte: O autor.

As entrevistas diagnósticas com o aluno e seus responsáveis são imprescindíveis para conhecer seus limites e suas capacidades. Apenas 1 (um) Colégio Militar não realiza as entrevistas diagnósticas com os responsáveis dos alunos com TEA.

Gráfico 03 - Planejamento Educacional Especializado

É realizado o planejamento educacional individualizado (PEI) para os alunos com TEA?

6 respostas



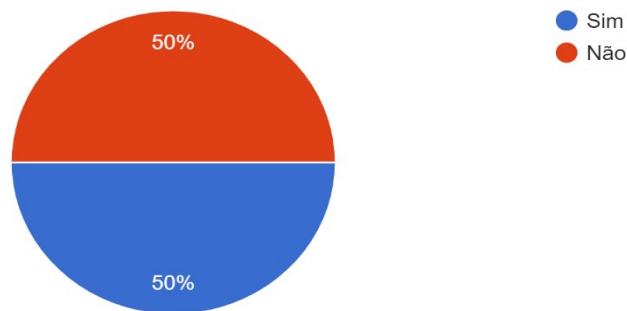
Fonte: O autor.

Todos os CM realizam o Planejamento Educacional Individualizado para os alunos com TEA. Como já foi abordado neste artigo, o indivíduo com TEA possui características específicas e, para que a aprendizagem possa ser realizada de maneira satisfatória, o planejamento do ensino deve ser individualizado, ou seja, adequando-o às capacidades de cada aluno.

Gráfico 04 - Sala de recursos multifuncionais

Há salas de recursos multifuncionais contendo o material previsto nas Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB?

6 respostas



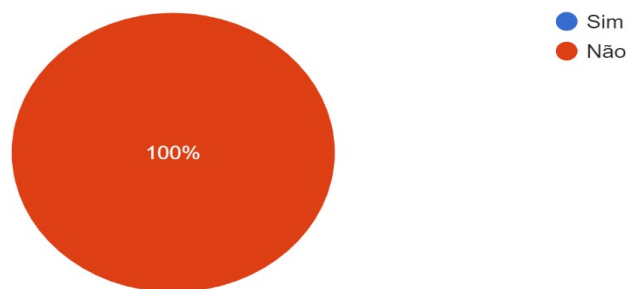
Fonte: O autor.

A metade dos CM participantes não tem sala de recursos multifuncionais contendo o material previsto nas DPEESCMB. As salas de recursos multifuncionais possuem recursos pedagógicos diferenciados, não existentes na classe regular, sendo fundamentais para garantir ao aluno com TEA facilidades para o acesso ao currículo comum.

Gráfico 05 - Acompanhamento de mediadores ou auxiliares em sala de aula

Há professores auxiliares ou mediadores para acompanhar os alunos com TEA durante as aulas nas salas comuns?

6 respostas



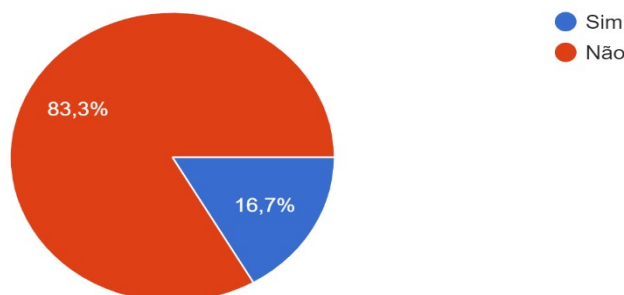
Fonte: O autor.

Todos os CM participantes da pesquisa não possuem auxiliares ou mediadores para acompanhar os alunos com TEA durante as salas de aulas comuns. O mediador escolar é de extrema importância, ele serve de ponte entre o professor e aluno com TEA, a fim de fazê-lo compreender as informações que são passadas coletivamente a toda turma, além de ser figura fundamental para a socialização.

Gráfico 06 - Acompanhamento constante aos alunos com TEA dentro e fora da sala de aula

Há pessoal especializado junto aos alunos com TEA que necessitam de acompanhamento constante em atividades dentro e fora da sala de aula?

6 respostas



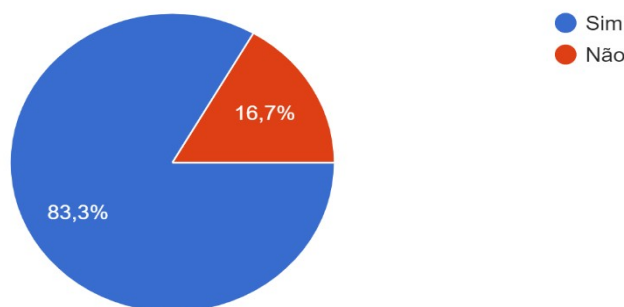
Fonte: O autor.

Somente 1 (um) dos CM que participaram da pesquisa tem pessoal especializado junto aos alunos com TEA que necessitam de acompanhamento constante dentro e fora da sala de aula. Alguns alunos com TEA necessitam de acompanhamento constante para realizar determinadas tarefas, como, por exemplo, tarefas de higiene pessoal.

Gráfico 07 - Adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos

O Colégio realiza a adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, considerando as necessi...es específicas dos alunos com TEA?

6 respostas



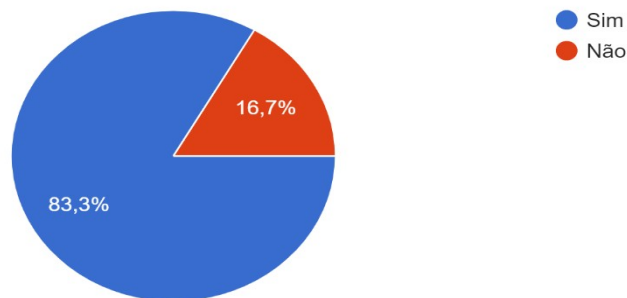
Fonte: O autor.

A maioria dos CM participantes da pesquisa realizam a adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, considerando as necessidades específicas para alunos com TEA. O material adaptado facilita a aprendizagem e o entendimento dos assuntos ministrados em sala de aula.

Gráfico 08 - Adaptação das avaliações parciais e de estudo

É realizada a adaptação das avaliações parciais e de estudo tanto no nível de elaboração quanto no de aplicação para os alunos com TEA?

6 respostas



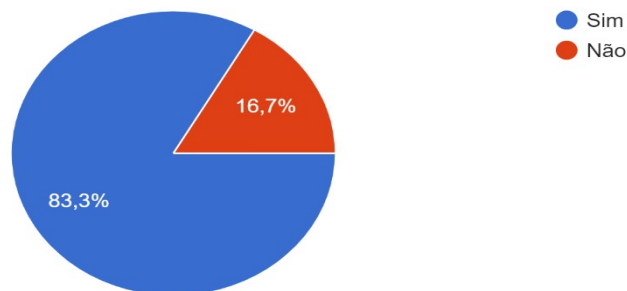
Fonte: O autor.

5 (cinco) CM realizam a adaptação das avaliações parciais e de estudo para alunos com TEA. Essa adaptação se faz necessária para melhor avaliação do aluno com TEA e deve levar em consideração o nível de aprendizagem que foi alcançado pelo aluno para que não seja exigido além ou aquém de suas capacidades.

Gráfico 09 - Reuniões com especialistas de instituições que prestam o atendimento extraclasse dos alunos com TEA

São realizadas reuniões com especialistas de instituições que prestam o atendimento extraclasse dos alunos com TEA e com organizações relevantes à aprendizagem?

6 respostas

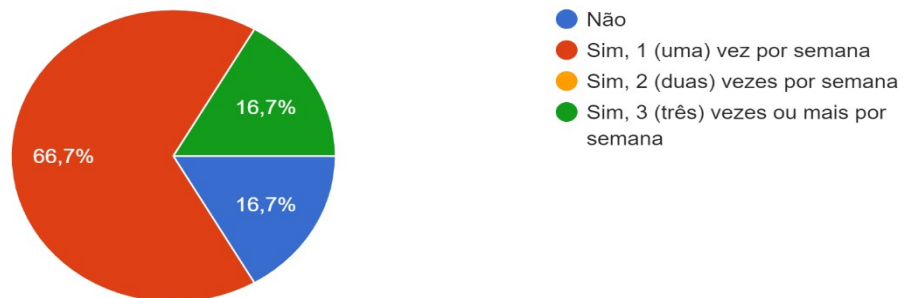


Fonte: O autor.

Somente 1 (um) dos CM não realiza reuniões com especialistas de instituições que prestam o atendimento extraclasse dos alunos com TEA. Essas reuniões são importantes para troca de informações relevantes à aprendizagem e para que possam traçar objetivos que possibilitarão o progresso do aluno com TEA.

Os professores e da sala de aula comum são acompanhados e orientados nas atividades dos alunos com TEA? Com qual frequência?

6 respostas



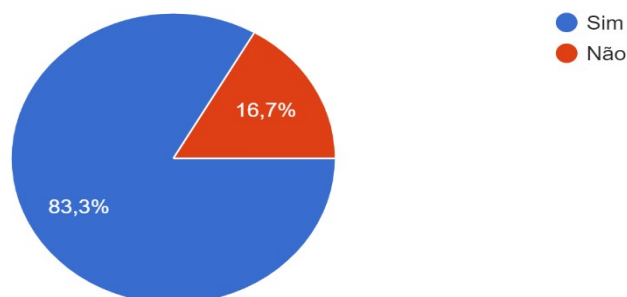
Fonte: O autor.

O acompanhamento e a orientação dos professores da sala de aula comum nas atividades dos alunos com TEA são essenciais para verificar se as técnicas de ensino para aquele indivíduo estão adequadas. A frequência, demonstrada no quadro acima, atesta que os CM participantes da pesquisa entenderam esse propósito, excetuando somente um colégio.

Gráfico 11 - Orientação sobre recursos pedagógicos

Os professores e familiares são orientados sobre recursos pedagógicos utilizados pelos alunos com TEA?

6 respostas



Fonte: O autor.

Na inclusão escolar do aluno com TEA, o apoio da família e dos professores da sala de aula comum é primordial para que o aluno adquira competências ainda maiores. Excetuando-se 1 (um), os CM que participaram da pesquisa buscam essa parceria com os familiares e orientam os professores sobre recursos pedagógicos utilizados pelos alunos com TEA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA considera que a pessoa com TEA, para todos os efeitos legais, é considerada pessoa com deficiência, sendo garantido o direito de estudar em escolas regulares e “[...] direito à acompanhante especializado” (BRASIL, 2012, p. 1).

A iniciativa do SCMB de implantar a educação inclusiva e especial vem cumprir o que determina a legislação brasileira. A Constituição Federal afirma que a educação é um direito de todos e estabelece igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Nesse sentido, o direito de acesso aos Colégios Militares deve ser estendido a alunos com TEA. Esse direito também é considerado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ampara o ensino da pessoa com deficiência, na qual se enquadram os alunos com o transtorno.

O acesso à educação para a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo deve ser com adaptações cabíveis, que contemplem suas necessidades e, para que a inclusão ocorra de fato, mudanças dentro do sistema de ensino devem ser realizadas. É preciso que haja a participação de todos: CM, professores, alunos, família e especialistas que atendem no horário extraclasse. A colaboração e o apoio curricular são elementos essenciais para a implementação deste processo.

Para que a inclusão aconteça de forma efetiva, não só na sala de aula, mas como em todos os ambientes da escola, é fundamental o apoio pedagógico da coordenação, trocas com a família e especialistas da criança, tudo isso para buscar os mesmos objetivos de forma conjunta e não fragmentada. As práticas escolares inclusivas não significam somente um ensino adaptado para os alunos com TEA, mas sim um ensino diferente, para que criar o ambiente adequado para a aprendizagem, respeitando os limites e suas próprias capacidades.

A SAEE é ferramenta importante para o desenvolvimento e a manutenção da educação especial e inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil. Suas missões, as atividades sob sua responsabilidade e a obrigatoriedade da especialização em Educação Especial e Inclusiva dos seus integrantes são fundamentais para a inclusão escolar de alunos com NEE nos CM, além de atenderem à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Segundo Costa (2017), alguns alunos com TEA apresentam sérias dificuldades para se inserir em grupos na sala de aula, para interagir com o outro colega e estabelecer um contato, na grande maioria das vezes, porque apresentam dificuldade de socialização.

Os mediadores são essenciais para tarefas das quais o professor de sala de aula invariavelmente não pode acompanhar o aluno com TEA, como a observação de alterações físicas e comportamentais, realizando o registro das mesmas, com o objetivo de averiguar o que pode ter gerado determinado comportamento inadequado. O cuidado com o asseio do aluno nas aulas de Educação Física e, em caso de alunos com TEA mais grave, nas idas ao banheiro e o acompanhamento em atividades culturais e de lazer realizadas pelo CM fora de suas instalações em período escolar, também podem ser verificados pelo mediador.

Porém a tarefa principal do mediador é auxiliar o aluno com TEA no entendimento das atividades pedagógicas que estão sendo administradas pelo professor. É difícil para o aluno entender o que o professor explica coletivamente aos alunos em sala de aula, assim como também é difícil para o professor dar atenção individualizada a qualquer um dos seus alunos. O mediador serve como facilitador da aprendizagem do aluno sendo de grande importância a disponibilidade desse profissional, que deve ser capacitado e especializado para tal, com o objetivo de auxiliar o aluno com TEA.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTYN, M. (2018). **Autism spectrum disorder: Terminology, epidemiology, and pathogenesis**. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/autism-spectrum-disorder-terminology-epidemiology-and-pathogenesis>. Acesso em 1º jun. 2019.
- BRASIL. Lei 9394 (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/19394.htm>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- BRASIL. (2002). **Recursos Pedagógicos Adaptados**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf. Acesso em 15 jul. 2019.
- BRASIL. (2008). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em 27 jun. 2019.
- BRASIL. Lei nº 12.764 (2012). **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 29 jul. 2019.
- CARNEIRO, R. U. C. **Formação de professores: da educação especial à inclusiva - alguns apontamentos**. In: ZANIOLO, Leandro Osno; DALL'ACQUA, Maria Júlia C. (orgs.). *Inclusão escolar: pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas*. Jundiaí: Paco Editorial.
- COSTA, F. B. L. de. **O Processo de Inclusão do Aluno Autista na Escola Regular: Análise sobre as práticas pedagógicas**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Curso de Pedagogia do Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2017.
- DEPA, **Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil**: Rio de Janeiro, 2014.
- DEPA, **Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no Sistema Colégio Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, 2015.
- FONSECA, Bianca. **Mediação Escolar e Autismo: a prática pedagógica intermediada em sala de aula**. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.
- MACIEL, M.; FILHO, A. **Atendimento educacional específico Autismo: uma abordagem tamanho família**. In: DÍAZ, F., et al. (Orgs). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MELO, C. C. S. **Estratégias pedagógicas direcionadas ao aluno com autismo no Ensino Fundamental**. Artigo Científico (Licenciatura em Pedagogia) - Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016.
- MOUSINHO et al. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões**. São Paulo, 2010, v. 27, n. 82, páginas 92-108.

OLIVEIRA, Carolina. **Um retrato do Autismo no Brasil**. Ago 2018. Sílabo Blog. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>. Acesso em: 1º jun. 2019.

OLIVEIRA, A. C. **O Papel da Família na Inclusão Escolar do Aluno com Transtorno do Espectro Autista**. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, da Universidade de Brasília, 2015.

POKER, R.; MARTINS, S.; OLIVEIRA, A.; MILANEZ, S.; GIROT, C. **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ROMERO, Priscila. **O aluno autista: avaliação, inclusão e mediação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

SCANFONE, Leila. **Guia de Estudos: Metodologia da Pesquisa Científica e Projeto Multidisciplinar**. Varginha, 2015. Revisado por Letícia Veiga Vasques em abril de 2019.

SOUZA, Z. (2017). **O Plano de Desenvolvimento Escolar das Crianças com Autismo**. Disponível em: <https://www.portalacesse.com/2017/11/13/o-plano-de-desenvolvimento-escolar-das-criancas-com-autismo/>. Acesso em 16 jul. 2019.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva**. 1. ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

TEIXEIRA, Gustavo. **O Manual dos Transtornos Escolares: entendendo o problema de crianças e adolescentes na escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013.

World Health Organization (2018). **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems**. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases>. Acesso em 26 jun. 2019.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

Questionário para artigo científico do Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM)

Tema do artigo científico: "A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no Sistema Colégio Militar do Brasil".

1) Este questionário tem como finalidade obter informações sobre a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no Sistema Colégio Militar do Brasil. O mesmo será utilizado exclusivamente para fins acadêmicos e como parte de pesquisa em um artigo científico do Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior.

a. Qual a quantidade de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo matriculados no Colégio Militar? (Se possível, especificar por ano).

b. Há, no colégio, a Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE)?
 Sim Não

c. São realizadas as entrevistas diagnósticas com os responsáveis dos alunos com TEA?
 Sim Não

d. É realizado o planejamento educacional individualizado (PEI) para os alunos com TEA?
 Sim Não

e. Há salas de recursos multifuncionais contendo o material previsto nas Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB?
 Sim Não

f. Há professores auxiliares ou mediadores para acompanhar os alunos com TEA durante as aulas nas salas comuns?
 Sim Não

g. Há pessoal especializado junto aos alunos com TEA que necessitam de acompanhamento constante em atividades dentro e fora da sala de aula?
 Sim Não

h. O Colégio realiza a adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, considerando as necessidades específicas dos alunos com TEA?
 Sim Não

i. É realizada a adaptação das avaliações parciais e de estudo tanto no nível de elaboração quanto no de aplicação para os alunos com TEA?
 Sim Não

j. São realizadas reuniões com especialistas de instituições que prestam o atendimento extraclasse dos alunos com TEA para troca de informações relevantes à aprendizagem?
 Sim Não

k. Os professores da sala de aula comum são acompanhados e orientados nas atividades dos alunos com TEA? Com qual frequência?

Não 1 (uma) vez por semana 2 (duas) vezes por semana 3 (três) vezes ou mais.

1. Os professores e familiares são orientados sobre recursos pedagógicos utilizados pelos alunos com TEA?

Sim Não